



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE  
CENTRO DE CIENCIAS SOCIAIS APLICADAS  
DEPARTAMENTO DE TURISMO  
CURSO DE TURISMO**

**JOSÉ RICARDO DE LIMA**

**TURISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA  
EMATER PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO RIO GRANDE  
DO NORTE**

NATAL

2013

**JOSÉ RICARDO DE LIMA**

**TURISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA  
EMATER PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO RIO GRANDE  
DO NORTE**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Departamento de Turismo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte como requisito parcial à obtenção do título de bacharel em Turismo.

**Orientadora** Renata Paula Costa Trigueiro, M.Sc.

NATAL

2013

Catálogo da Publicação na Fonte.  
UFRN / Biblioteca Setorial do CCSA

Lima, José Ricardo de.

Turismo e agricultura familiar: uma análise das ações da EMATER para o desenvolvimento do turismo rural no Rio Grande do Norte/ José Ricardo de Lima. - Natal, RN, 2013.

61f.

Orientador(a): Profª. M. Sc. Renata Paula Costa Trigueiro.

Monografia (Graduação em Turismo) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ciências Sociais Aplicadas. Departamento de Turismo.

1. Turismo rural - Monografia. 2. Agricultura familiar - Monografia. 3. Extensão rural - Monografia. I. Trigueiro, Renata Paula Costa. II. Universidade Federal do Rio Grande do Norte. III. Título.

RN/BS/CCSA

CDU 338.48-44(1-22)

**JOSÉ RICARDO DE LIMA**

**TURISMO E AGRICULTURA FAMILIAR: UMA ANÁLISE DAS AÇÕES DA  
EMATER PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO RURAL NO RIO GRANDE  
DO NORTE**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado e aprovada em dezembro de 2013,  
pela Banca Examinadora composta pelos seguintes membros:

**BANCA EXAMINADORA**

---

Renata Paula Costa Trigueiro, M.Sc. (Orientadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof<sup>a</sup>. Lissa Valéria Fernandes Ferreira, Dra. (Examinadora)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

---

Prof<sup>o</sup>. Marcio Marreiro das Chagas, M. Sc (Examinador)  
Universidade Federal do Rio Grande do Norte

Dedico este trabalho a minha mãe, pelo amor irrestrito, incondicional e eterno. E por me dizer que os sonhos se tornam realidade para quem acredita.

## **AGRADECIMENTOS**

Primeiramente a Deus, único e verdadeiro, por ter me dado dons, sabedoria e forças para que eu pudesse alcançar mais um objetivo na minha vida.

Aos meus familiares, a quem devo parte do que tenho e do que sou, agradeço a dedicação e amor que de perto ou de longe nunca deixou de me incentivar.

A Luana Medeiros, pelo apoio, compreensão nos momentos de ausência, atenção e amor. Que se tornou minha principal incentivadora e a quem divido toda glória do trabalho.

A minha orientadora, professora Renata Paula Costa Trigueiro, pela paciência, dedicação, carinho, compreensão e profissionalismo que me acompanhou, transmitindo tranquilidade e me guiando para os melhores resultados.

A EMATER-RN e seus Extensionistas Rurais pelo apoio nas realizações de minhas atividades e pesquisas deste trabalho.

Finalmente, aos amigos, colegas e a todos aqueles que colaboraram direta ou indiretamente para que este trabalho acontecesse.

## RESUMO

O presente trabalho trata-se de uma análise das ações do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN) que contribuem para o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF). Esta pesquisa tem como objetivo além analisar as ações da EMATER-RN que contribuem para o desenvolvimento do TRAF como também analisar o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura familiar para o desenvolvimento do turismo rural; identificar as principais ações desenvolvidas pela EMATER-RN para desenvolver o turismo rural e conhecer os principais locais em potencial para ao desenvolvimento do turismo rural no Rio Grande do Norte. Este trabalho justifica-se através da importância de estudo na área de Turismo Rural. Este estudo se caracteriza por uma pesquisa exploratório-descritiva de abordagem qualitativa e relação aos procedimentos técnicos esta pesquisa classifica-se como estudo de caso. Realizou-se roteiro de entrevista semi-estruturada com os coordenador(es) da instituição e também com os Extensionistas Rurais. Concluiu-se através das análises que a EMATER-RN realizou várias ações que contribui para o turismo rural na agricultura e também a importância da assistência técnica e extensão para desenvolver este segmento turístico.

**PALAVRAS-CHAVE:** EMATER-RN. Extensão Rural, Turismo Rural, Agricultura Familiar.

## **ABSTRACT**

The present work it is an analysis of the actions of the Office of Technical Assistance and Rural Extension of Rio Grande do Norte ( RN - EMATER ) that contribute to the development of rural tourism in Family Agriculture ( TRAF ) . This research aims to analyze the actions of well - RN EMATER that contribute to the development of TRAF but also analyze the role of Technical Assistance and Rural Extension in Agriculture familiar to the development of rural tourism , to identify the main actions developed by EMATER - RN to develop rural tourism and about the main potential sites for the development of rural tourism in Rio Grande do Norte . This work is justified by the importance of study in the area of Rural Tourism . This study is characterized by an exploratory descriptive research qualitative approach and regarding technical procedures this research is classified as a case study . Held script semi-structured interview with the coordinator (s ) of the institution and with the Rural Extensionists . It was concluded that by analyzing EMATER - RN conducted several actions that contribute to rural tourism in agriculture and also the importance of technical assistance and outreach to develop this tourism segment.

**KEY-WORDS:** EMATER - RN . Agricultural Extension , Rural Tourism , Family Farming .

## **LISTA DE ILUSTRAÇÕES**

Figura 1 Arranjo institucional das Entidades que atua na Gestão do PNTRAF 14

Figura 2 Representação do Turismo Rural..... 21

## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ABCAR - Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural

AF – Agricultura Familiar

ANCAR - Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural

ATER – Assistência Técnica e Extensão Rural

DATER – Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMATER-RN – Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte

EMBRATER – Empresa Brasileira Assistência Técnica e Extensão Rural

FAPERN - Fundação de Apoio a Pesquisa do Rio Grande do Norte

IBGE – Instituto Brasileiro geografia e estatística

IDESTUR – Instituto de Desenvolvimento do Turismo Rural

INATERN - Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MTUR – Ministério do Turismo

OMT – Organização Mundial do Turismo

ONG – Organizações Não Governamentais

PMNT - Programa Nacional de Municipalização do Turismo

PNATER - Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural

PNT – Programa Nacional de Turismo

PNTRAF – Programa Nacional de Turismo na agricultura Familiar

PRONAF – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

REDE TRAF – Rede de Turismo na Agricultura Familiar

SAF - Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural

SAPE - Secretaria de Estado da Agricultura, da Pecuária e da Pesca

SDT – Secretária de Desenvolvimento Agrário

SIBRATER - Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural

SRA – Secretária de Reordenamento Agrário

TRAF - Turismo Rural na Agricultura Familiar

UFRN – Universidade Federal do Rio Grande do Norte

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>11</b>
1.1	PROBLEMA	11
1.2	Justificativa	15
1.3	Objetivos	16
1.3.1	Objetivo Geral	16
1.3.2	Objetivos Específicos	16
<b>2</b>	<b>REFERENCIAL TEÓRICO</b>	<b>17</b>
2.1	Turismo Rural	17
2.2	Extensão Rural no Brasil	22
2.3	Turismo na Agricultura Familiar	26
2.3.1	Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar	28
<b>3</b>	<b>METODOLOGIA</b>	<b>33</b>
3.1	Tipo de Estudo	33
3.2	População e Amostra	33
3.3	Coleta de Dados	34
3.4	Técnicas de Análises	35
<b>4</b>	<b>ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS</b>	<b>37</b>
<b>5</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>49</b>
	<b>REFERÊNCIAS</b>	<b>52</b>
	<b>ANEXOS</b>	<b>55</b>
	<b>APÊNDICES</b>	<b>60</b>

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 PROBLEMA

O presente trabalho trata de uma análise das ações do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN) que contribuem para o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar. E Portanto abordará as ações sobre o foco principal do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, o programa norteador das ações da EMATER-RN para desenvolver o Turismo Rural.

O Turismo Rural é um segmento da atividade turística relativamente novo e em crescimento no Brasil quando comparada a outras modalidades, tais como o modelo sol e praia. Ainda assim, com o rótulo de turismo Rural sabe-se que as primeiras iniciativas oficiais em escala nacional, se deram no município de Lajes no estado de Santa Catarina (RODRIGUES 2003, MTUR 2004, MDA, 2010).

De acordo com a Organização Mundial do Turismo (2010)<sup>1</sup> estima-se que o Turismo Rural seja um segmento com grande potencial e se calcula que, pelo menos, 3% de todos os turistas do mundo orientam suas viagens para esta vertente do setor. E que esta vertente da atividade turística estará em expansão nos próximos 10 anos. Segundo a OMT<sup>2</sup>, o Turismo Rural apresenta um crescimento anual de, aproximadamente, 6%, e, no Brasil, este número pode ser maior, afinal, possui uma grande diversidade cultural, rico patrimônio histórico e uma busca incessante pelo resgate e vivência da história por parte dos turistas.

Segundo o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) órgão responsável pelo planejamento de políticas públicas para a agricultura familiar. O turismo na agricultura familiar é uma atividade complementar à atividade agropecuária típica. A agricultura familiar tem um papel fundamental na produção agrícola do país, que não pode ser desprezado: 40% de todos os alimentos produzidos no Brasil vêm da agricultura familiar. As pequenas propriedades

---

<sup>1</sup> Disponível em: Manual de práticas sustentáveis do RS, Brasília, 2010.

<sup>2</sup> Disponível em: IDESTUR, 2013. Disponível em:

[http://www.turismorural.org.br/navegacao.asp?id\\_menu=2&id\\_conteudo\\_exibir=65](http://www.turismorural.org.br/navegacao.asp?id_menu=2&id_conteudo_exibir=65)

familiares são as que mais geram empregos no campo: nelas estão sete de cada dez trabalhadores rurais brasileiros.

O Ministério do Turismo vê que esta segmentação além de nova e em expansão no Brasil, tem seu crescimento principalmente por duas razões: a necessidade que o produtor tem de diversificar sua fonte de renda e de agregar valor aos seus produtos, e a pretensão dos moradores dos grandes centros urbanos de reencontrar suas raízes, de conviver com a natureza, com os modos de vida e de produção dos moradores das cidades interioranas.

Para Rodrigues (2003) o turismo rural é uma modalidade da atividade turística que tem seu surgimento na união de dois fatores, de um lado, o crescimento da população urbana densamente povoada e na necessidade de inovar as atividades econômicas no meio rural, que tem passado por rápidas mudanças e o declínio das atividades agrícolas tradicionais.

Em relação a confusa e complexa conceituação há autores que adotam uma concepção mais ligada aos aspectos culturais, à modelo de Vaz (1999) para quem o Turismo Rural diz respeito ao conjunto de atividades que compõem a vida do campo, envolvendo a experiência do dia a dia nas fazendas, o convívio com camponeses, a montaria de cavalos, as plantações, o sabor dos alimentos comidos diretamente da fonte. E ainda existem autores que levam em conta a dimensão espacial da atividade, como Beni (1998) que conceitua o turismo Rural como o deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos com ou sem pernoite, para fruição dos cenários e instalações rurícolas.

O surgimento dessa demanda que busca no meio rural para visitaçã cresce cada vez mais no mundo e no Brasil. Existem várias discussões sobre o surgimento das primeiras iniciativas da atividade no meio rural. Sabe-se que, a nível mundial, o turismo rural iniciou-se em meados do século XX na Europa e nos Estados Unidos. No Brasil as primeiras iniciativas que se tem conhecimento foram na região Sul, com destaque para o município de Lajes em Santa Catarina, como foi citado anteriormente.

Diante das novas demandas que surgem na atividade turística e do turismo rural emergir como uma alternativa para o desenvolvimento local de uma comunidade autóctone, como os agricultores familiares. Surgem nas últimas

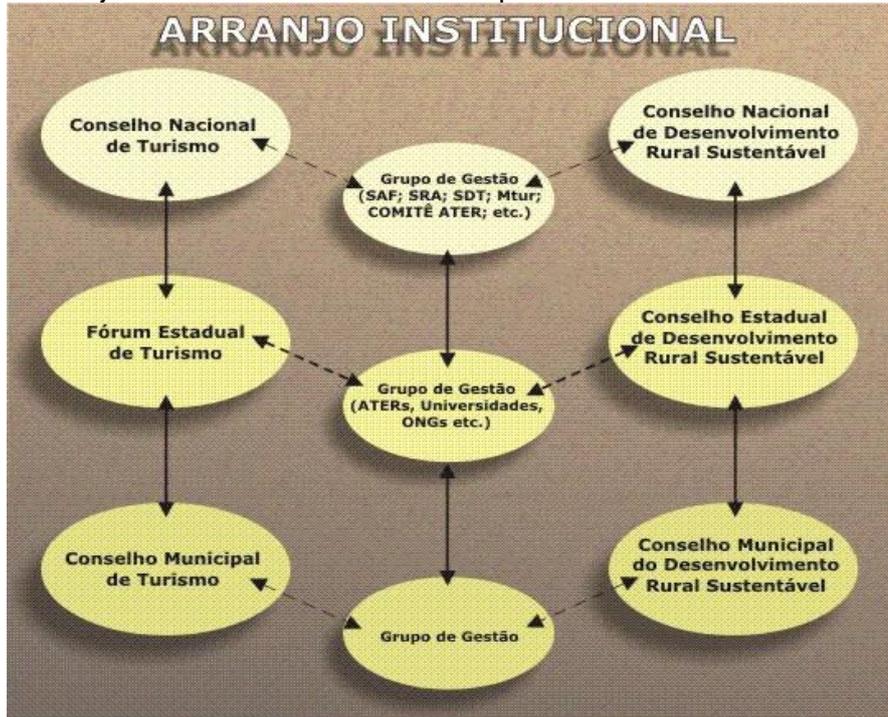
décadas políticas públicas planejadas e executadas através do Ministério do Turismo e do Ministério do Desenvolvimento Agrário. Do primeiro ministério a necessidade de conceituação das segmentações turísticas e do segundo ministério surge a iniciação de linhas de financiamento e planejamento para desenvolvimento de uma atividade para auxiliar e melhorar a qualidade de vida das unidades familiares.

Sabe-se que até 2003 os programas para desenvolvimento do turismo eram muito insuficientes para desenvolver uma atividade de grande importância social, cultural e econômica, o primeiro passo de busca de melhoria no Brasil foi a criação do Ministério do Turismo em 2003 e com ele veio o Plano Nacional do Turismo que regem todo planejamento do Turismo no Brasil. No entanto algumas segmentações ainda não tinham sido bem planejadas como é o caso do Turismo Rural que se inseriu no Plano Nacional de Turismo 2003-2007. A partir de então foram apresentadas as diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural que posteriormente serviu de base para as diretrizes do turismo rural na Agricultura Familiar. Portanto o governo Federal por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), em parceria com o Ministério do Turismo (MTur) e a Rede de Turismo Rural na Agricultura Familiar (Rede TRAF) “articulação de técnicos, instituições e representações de agricultores familiares“, criou o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar (PNTRAF) com o objetivo de promover o desenvolvimento regional e fomentar as atividades turísticas entre mais agricultores familiares, sempre integradas aos arranjos produtivos locais.

A rede de Turismo na agricultura Familiar foi criada através de congressos, oficinas de planejamento, audiências públicas e estudo de diversas instituições, sendo durante a oficina Regional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, em Belo Horizonte, Minas Gerais, pela Rede TRAF elaborado em 2003 o conceito de Turismo na Agricultura Familiar e sendo adotado oficialmente pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário como a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos. (PNTRAF 2003).

De acordo com o PNTRAF são consideradas como instâncias de gestão para que ocorra a execução do mesmo um conjunto de entidades que atuam como Assistência Técnica e Extensão Rural sejam públicas ou privadas. A figura 1 mostra as entidades que atuam na gestão do PNTRAF.

Figura 1 Arranjo institucional das Entidades que atua na Gestão do PNTRAF



Fonte: Guia PNTRAF, (2008 p. 11).

Através do Arranjo Institucional acima, percebe-se que em nível de Gestão Estadual estão as entidades de Assistência Técnicas e Extensão Rural que é onde a EMATER-RN se insere como entidade para gerir e aplicar o PNTRAF para o desenvolvimento de atividades turísticas na Agricultura familiar que é seu Público Alvo.

O delineamento deste trabalho abrange o Estado do Rio Grande do Norte destacando as localidades que forem identificadas as ações da EMATER-RN, visto que a mesma possui jurisdição a nível estadual. O estudo terá enfoque científico, já que busca apresentar melhorias através da análise realizada. Tendo como pergunta problema a seguinte questão: quais as ações da EMATER-RN que contribuem para o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar?

## 1.2 Justificativa

Este trabalho justifica-se através da importância de estudo na área de Turismo Rural. Pois mesmo sendo uma segmentação da atividade turística que vem crescendo tanto em demandas, quanto na criação de políticas públicas, ainda são escassos análises e estudos sobre o Turismo Rural na Agricultura familiar. Apenas na última década que vem se pensando fortemente o turismo como indutor de desenvolvimento local para as unidades familiares que vem sofrendo com o declínio das atividades agropecuárias tradicionais.

Outro ponto significativo deste estudo é a análise de uma política pública, verificando a sua efetividade, através de uma instituição pública de nível estadual, que é a EMATER-RN. Entende-se que ao analisar um programa de planejamento nacional, que busca beneficiar um público bastante importante que é agricultor familiar, por meio de uma instituição de Assistência técnica e extensão Rural que possui unidade local em todos os municípios do estado do Rio Grande do Norte, trará pra esse estudo uma maior noção de como as diretrizes e os planejamentos do programa podem ser executados e ainda detectar seus pontos positivos e suas falhas. Infere-se que a contribuição acadêmica e empírica deste trabalho será de grande valia uma vez que, através de pesquisa foram encontrados diversos trabalhos relacionados com o Turismo no Espaço Rural, mas há uma escassez de estudo sobre o Turismo Rural na Agricultura Familiar.

Finalmente, do ponto de vista pessoal, o interesse pelo assunto surgiu devido o autor do estudo ser Extensionista Rural como Técnico em Agropecuária, lotado como bolsista pelo Programa bolsas de extensão, em caráter temporário, para profissionais técnicos de nível médio e graduado para atuarem no Projeto de Difusão de Tecnologia em Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) para o Fortalecimento da Agricultura Familiar no Estado do Rio Grande do Norte, que tem como financiador o Governo do Estado através do Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER-RN e da Fundação de Apoio a Pesquisa do Rio Grande do Norte – FAPERN. E Portanto pretende através da pesquisa juntar a Extensão Rural e sua importância para a atividade Turística e principalmente ao público alvo da EMATER-RN que é a agricultura familiar.

### **1.3 Objetivos**

#### 1.3.1 Objetivo Geral

Analisar as ações da EMATER-RN que contribuem para o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar.

#### 1.3.2 Objetivos Específicos

- a) Analisar o papel da Assistência Técnica e Extensão Rural na Agricultura familiar para o desenvolvimento do turismo rural;
- b) Identificar as principais ações desenvolvidas pela EMATER-RN para desenvolver o turismo rural;
- c) Conhecer os principais locais em potencial para ao desenvolvimento do turismo rural no Rio Grande do Norte.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

### **2.1 Turismo Rural**

A busca por uma atividade turística que seja alternativa ao turismo considerado de massa, como o de sol e mar vem crescendo cada vez mais no Brasil, e uma dessas alternativas, é o turismo Rural, que vem crescendo tanto com pessoas a procura dessa modalidade de turismo como também planejamento e políticas públicas para o desenvolvimento da mesma. Segundo (Silveira, 2003) O desenvolvimento do turismo rural no Brasil é um processo recente. E mais recente ainda são os instrumentos políticos voltados ao fomento dessa atividade em nosso país. Melhor dizendo, somente após a proposição da Política Nacional de Turismo e a implementação do Programa Nacional de Municipalização do Turismo (PMNT).

De acordo com Zimmermann (2003) a visita anual ou ocasional ao campo por pessoas vindas das cidades ou de outras regiões rurais não é um fenômeno atual. Já se fazia outrora e ainda se faz hoje para descansar, rever a família, participar de um acontecimento alegre (casamento) ou doloroso (enterro). São diversas ocasiões para renovar e reafirmar os laços familiares. O que se considera um fenômeno novo é o deslocamento para o campo na qualidade de turista: fazer uma viagem de lazer e diversão, restaurar forças físicas durante as férias, enriquecer-se culturalmente, visitando monumentos históricos ou apreciando as belezas físicas de um determinado lugar. No entanto, Ruschmann (2003) afirma que o turismo rural não é um fenômeno novo. O interesse crescente pelas atividades recreativas no meio rural já se manifestava no século XIX, na Europa, como reação ao estresse e às atribuições decorrente da expansão industrial. Mas concorda que o turismo rural, tal como se apresenta a partir dos anos 70, 80 e 90, é diferente em vários aspectos, principalmente nos grandes números de pessoas envolvidas atualmente.

De acordo as Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural (2003) há várias hipóteses sobre o surgimento das primeiras experiências turísticas no meio rural. Apesar disso, pode-se afirmar que o Turismo Rural despontou como atividade econômica em meados do século XX, primeiramente na Europa e nos Estados Unidos. A década de 1980 é considerada o marco inicial da atividade no Brasil,

Argentina e Uruguai, tendo as primeiras iniciativas de Turismo Rural surgido no Japão, na África e na Oceania nos anos 1990 e em países como Mongólia, Madagascar e Ucrânia apenas na década seguinte.

O crescimento do Turismo Rural no Brasil tem ocorrido, na maior parte dos casos, de forma empírica, apresentando características diferentes ao longo do País e, até em razão disso, recebendo denominações distintas confundindo-se em múltiplas concepções, manifestações e definições. Isso se deve, em grande parte, pela dificuldade em se ordenar, incentivar e oficializar o Turismo Rural enquanto segmento turístico, fazendo com que a vasta diversidade cultural e geográfica do País, ao invés de identificar cada lugar, tenda à descaracterização e à geração de discrepâncias que, via de regra, desvalorizam a atividade turística.

No Brasil, o início do Turismo Rural como atividade econômica está relacionado ao município de Lages, em Santa Catarina, onde teriam surgido em 1986 as primeiras propriedades rurais abertas à visitação. A partir de então a atividade começou a ser caracterizada como Turismo Rural e encarada como oportunidade por seus realizadores, que buscavam alternativas às dificuldades que o setor agropecuário enfrentava. (*Brasil 2010, p. 13*).

Uma das principais dificuldades de estudar esta modalidade de turismo é as confusões e diferentes conceituações dadas a esta atividade, e a diferença de percepções entre o rural e o urbano, conforme Rodrigues (2003) et al.

O Turismo Rural é caracterizado por grande complexidade, ambivalência e polissemia, a começar pela falta de consenso na sua conceituação, e até mesmo pela confusão em torno da concepção contemporânea dos qualitativos rural e urbano Rodrigues (2003 p. 08) et al.

Não cabe no mérito deste trabalho a análise desta conceituação entre rural e urbano, no entanto, entende-se que para compreender um pouco esta atividade é importante citar algumas conceituações, percepções e termos diretos referentes ao turismo ocorridos em áreas rurais.

No Brasil, bem como em alguns outros países, o critério de conceituação do rural e urbano tem natureza mais administrativa que geográfica ou econômica. Segundo a definição do IBGE (1997), na situação urbana consideram-se as pessoas e os domicílios recenseados nas áreas urbanizadas ou não, correspondentes às cidades (sedes municipais), às vilas (sedes distritais) ou às áreas urbanas isoladas. A situação rural abrange a população e os domicílios recenseados em toda a área

situada fora dos limites urbanos, inclusive os aglomerados rurais de extensão urbana, os povoados e os núcleos.

Segundo o documento Turismo Rural: Orientações Básicas desenvolvido pelo Ministério do Turismo, o espaço não urbano, definido pelo IBGE como rural, abriga diversos empreendimentos e experiências que podem caracterizar vários tipos e segmentos de turismo, não apenas o Turismo Rural. Ou seja, as várias práticas turísticas que acontecem no espaço rural não são, necessariamente, Turismo Rural, e sim atividades de lazer, esportivas, ou ócio de cidadãos, que ocorrem alheias ao meio em que estão inseridas.

Deste modo, entende-se o Turismo no Espaço Rural como um recorte geográfico, no qual o Turismo Rural está inserido, posição também adotada pelo Ministério do Turismo 2003, que considera por Turismo no Espaço Rural ou em Áreas Rurais:

Todas as atividades praticadas no meio não urbano, que consiste de atividades de lazer no meio rural em várias modalidades definidas com base na oferta: Turismo Rural, Turismo Ecológico ou Ecoturismo, Turismo de Aventura, Turismo de Negócios e Eventos, Turismo de Saúde, Turismo Cultural, Turismo Esportivo, atividades estas que se complementam ou não. (GRAZIANO DA SILVA et al., 1998 p. 14 apud Brasil 2003 p. 11).

A definição de Turismo Rural oficial adotada pelo Ministério do Turismo desde 2003 é resultado de uma ampla discussão com diversos representantes do setor e fundamenta-se em aspectos que se referem ao turismo, ao território, à base econômica, aos recursos naturais e culturais e à sociedade. Com base nesses aspectos e nas contribuições dos parceiros e da área acadêmica em todo o país, define-se que:

Turismo Rural é o conjunto de atividades turísticas desenvolvidas no meio rural, comprometido com a produção agropecuária, agregando valor a produtos e serviços, resgatando e promovendo o patrimônio cultural e natural da comunidade. (BRASIL 2010 p. 18).

A definição de Beni (2008) possui um aspecto mais mercadológico comparado com a definição adotada pelo Ministério do turismo. Para o autor turismo rural é “a denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite para fruição dos cenários e instalações rurícolas”. Beni (2008 p. 471).

Verbole (2002 p. 120) simplifica mencionando que turismo rural define-se como aquele que acontece no espaço rural e desenvolve com base na exploração dos recursos naturais, tais como a natureza, a população local e sua cultura.

Outra definição que é considerada e utilizada em algumas regiões do Brasil como sinônimo do Turismo rural é o agroturismo. Segundo as diretrizes de desenvolvimento do turismo Rural (2010), Agroturismo é:

Atividades internas à propriedade, que geram ocupações complementares às atividades agrícolas, as quais continuam a fazer parte do cotidiano da propriedade, em menor ou maior intensidade, devem ser entendidas como parte de um processo de agregação de serviços aos produtos agrícolas e bens não-materiais existentes nas propriedades rurais (paisagem, ar puro, etc.), a partir do 'tempo livre' das famílias agrícolas, com eventuais contratações de mão-de-obra externa." O termo agroturismo é adotado em países como Portugal e Itália e em algumas regiões do Brasil, como no Espírito Santo e em Santa Catarina (Brasil 2010 p. 20).

Segundo Beni agroturismo é "a denominação dada ao deslocamento de pessoas a espaços rurais, em roteiros programados ou espontâneos, com ou sem pernoite, para fruição dos cenários de e observação, vivencia e participação nas atividades agropastoris". BENI (2008 p. 471).

O termo que encerra a discussão sobre definições de atividades turísticas no meio rural e principal foco de debate deste estudo é o Turismo Rural na Agricultura Familiar (TRAF):

É a atividade turística que ocorre no âmbito da unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos." (PNTRAF 2004 p. 7-8).

Segue abaixo uma figura elaborada com intuito de representação do Turismo Rural em suas diferentes conceituações características básicas expostas anteriormente nas discussões sobre o tema.

Figura 2 Representação do Turismo Rural

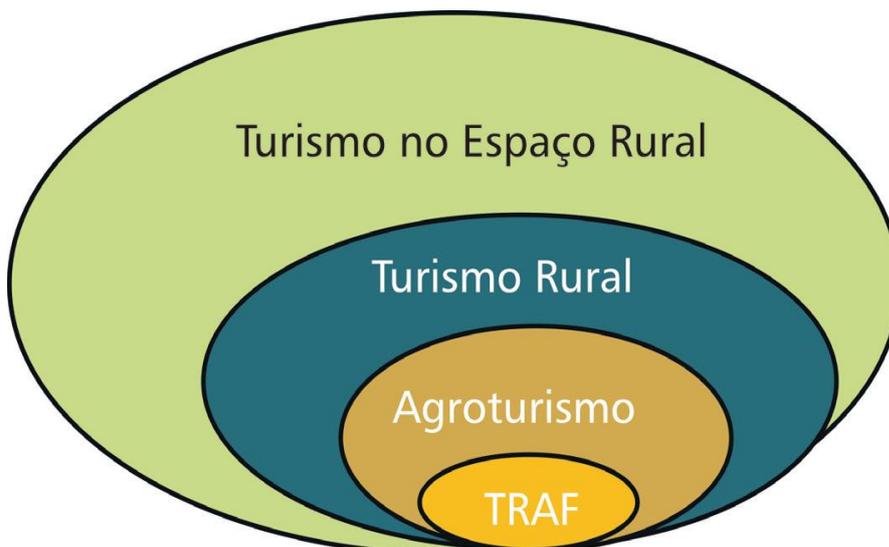


Figura 2. Figura elaborada a partir de LOTTICI KRAHL, Mara Flora. **Turismo Rural: conceituação e características básicas. Dissertação de Mestrado.** Brasília: GEA/IH/UnB, 2003 e ROQUE, Andreia. Turismo no Espaço Rural: um complexo fenômeno a ser reconhecido. Dissertação de Mestrado. Belo Horizonte: UFMG, 2001. Fonte: Turismo Rural: orientações Básicas 2010 p. 22).

Segundo Rodrigues (2003) destas discussões sobre o tema, os estudos turismo rural ainda são escassos, não tendo acompanhado o ritmo de crescimento desse segmento.

Para (Rodrigues, 2003, p. 08).

A confusão conceitual em torno do turismo rural se expressa por um grande número de enunciados confusos e até mesmo conflitantes, tendo invariavelmente como parâmetros estudos concernentes a diversos países do continente Europeu, basicamente Portugal, Espanha, França, Itália e também alguns países latinos americanos como Argentina, Chile e Uruguai.

A importância de uma atividade que possa desenvolver o meio rural e que essa atividade seja uma alternativa que atraia cada vez mais visitantes é o que realmente é importante independente de conceituações. Para VERBOLE (2002 p. 122) “no caso do turismo rural, a procura dos turistas está fortemente associada e relacionada com o conceito e percepção do imaginário rural. É a crença generalizada que a paisagem rural, a natureza com seu verdor e beleza intocados, a paz e o silêncio, a tranquilidade, a vida bucólica e idílica longe do mundo artificial, a comida natural e saudável, o lazer e a socialização, compõem o ingrediente do imaginário rural”.

É atividade turística no meio rural pode ser um vetor de desenvolvimento para a comunidade local trazendo diversos aspectos positivos como menciona Cavaco.

“Nessas condições ganham forças como objetivos da ação a criação de novas unidades de produção e de novas atividades, explorando oportunidades reais e promovendo o crescimento econômico e o emprego, bem como a modernização ou regeneração das atividades, infra estruturas e equipamentos, a simples salvaguarda da atividade persistente, bem como o pequeno comércio polivalente e as artes tradicionais, criando, também, condições atraentes de transmissão a herdeiros, e ainda proteção do ambiente, natural e humano. (Cavaco 2001 p. 96)”.

Vale salientar que durante várias décadas o desenvolvimento rural era identificado ao setor agrícola cujo pensamento era na visão de crescimento econômico, aumento de produção e desenvolvimento tecnológico através de incentivo a recursos para grandes investimentos tecnológico. Diante das mudanças ocorridas no meio rural e um pensamento com maior preocupação com meio ambiente e com o desenvolvimento rural local das pequenas comunidades rurais, a atividade turística a partir daí é vista como uma grande ferramenta de desenvolvimento local.

E caminhando com essas mudanças cada vez mais a sociedade está percebendo importância de preservar o meio ambiente e o valor de conservar a paisagem do meio rural, e passa a tratar rios, fauna e flora como elementos essenciais para o ser humano. Essas mudanças estão auxiliando no modo de vida das comunidades locais e buscando alternativas de desenvolvimento do homem do campo.

## **2.2 Extensão Rural no Brasil**

Os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural – (ATER) foram iniciados, no país, no final da década de quarenta, com o objetivo de promover a melhoria das condições de vida da população rural e apoiar o processo de modernização da agricultura, inserindo-se nas estratégias voltadas à política de industrialização do país. A Ater foi implantada como um serviço privado ou paraestatal, com o apoio de entidades públicas e privadas. Posteriormente, foi criada, em 1956, a Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural – ABCAR,

constituindo-se, então, um Sistema Nacional articulado com Associações de Crédito e Assistência Rural nos estados. Em meados da década 1970, o governo do “estatizou” o serviço, implantando o Sistema Brasileiro de Assistência Técnica e Extensão Rural – SIBRATER, coordenado pela EMBRATER e executado pelas empresas estaduais de Ater nos estados, as EMATER. Como parte dos programas de Ater daquela época, durante mais de uma década, a participação do Governo Federal chegou a representar, em média, 40% do total dos recursos orçamentários das EMATER, alcançando até 80%, em alguns estados.

Em 1990, o governo extinguiu a EMBRATER, desativando o SIBRATER e abandonando claramente os esforços antes realizados para garantir a existência de serviços de Ater no país. As tentativas de coordenação nacional por meio da Embrapa e, posteriormente, pelo Ministério da Agricultura não foram capazes de evitar que as EMATER ficassem à mercê das políticas de ajuste estrutural e das difíceis condições financeiras dos respectivos estados, além de se ver ampliada a influência dos interesses políticos dominantes em cada região sobre os destinos das entidades oficiais de Ater. A participação financeira do Governo Federal, desde os anos 90, caiu abruptamente, passando a ser irrisória em relação ao orçamento das empresas de Ater do setor público ainda existente, que gira em torno de R\$ 1 bilhão por ano.

Na ausência do apoio federal aos serviços oficiais de Ater e diante da inexistência de uma política nacional para o setor, alguns estados da federação, num esforço de manutenção deste importante instrumento de política pública, reestruturaram os serviços dando-lhes diversas formas institucionais e criando novos mecanismos de financiamento e operacionalização das empresas oficiais, além de apoiarem outras entidades emergentes. Nesse mesmo período, surgiram e se expandiram várias iniciativas, visando suprir a carência e o vácuo deixado pelo Estado, destacando-se aquelas patrocinadas por prefeituras municipais, por organizações não-governamentais e por organizações de agricultores, entre outras.

A consequência desse processo de afastamento do Estado e diminuição da oferta de serviços públicos de Ater ao meio rural e à agricultura aparece, hoje, evidenciada pela comprovada insuficiência destes serviços em atender à demanda da agricultura familiar e dos demais povos que vivem e exercem atividades produtivas no meio rural, principalmente nas áreas de maior necessidade, como as

regiões Norte e Nordeste. Com isso, restringem-se as possibilidades de acesso das famílias rurais ao conhecimento, aos resultados da pesquisa agropecuária e a políticas públicas em geral, o que contribui para ampliar a diferenciação a exclusão social no campo. cabe também destacar que tanto a Constituição Federal de 1988 quanto a Lei Agrícola de 1991 determinam que a União mantenha serviços de Ater pública e gratuita para os pequenos agricultores, compromisso que o MDA resgata, a partir de agora, estabelecendo esta Política Nacional, com vistas a atender as necessidades da agricultura familiar, de forma coerente com as estratégias de desenvolvimento do país.

Em 2003, o MDA desenvolveu a nova a Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural e o Dater retomou as atividades com as organizações de Assistência Técnica e Extensão Rural governamentais e não governamentais, organizações de representação dos agricultores familiares e dos movimentos sociais, instituições de ensino formal e informal, em todos os estados, além dos diversos setores do Governo Federal. Este novo arranjo institucional em torno dos serviços de Ater aos agricultores familiares passa a ser denominado de Sistema Descentralizado de Ater Pública, que tem como principal atribuição implementar a PNATER (BRASIL, 2008).

No Rio Grande do Norte os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural surgiram oficialmente, em 27 de julho de 1955, por meio da Associação Nordestina de Crédito e Assistência Rural (ANCAR), inicialmente nos municípios de Santa Cruz, São Tomé, São Paulo do Potengi e Currais Novos. Sua entidade coordenadora era a ANCAR regional, sediada em Recife-PE, cuja proposta de ação visava o desenvolvimento socioeconômico do homem do campo. Tal Experiência resultou na ANCAR-RN (SOUZA et AL, 2009). A ação extensionista, direcionada para o trabalho educativo e para o crédito rural supervisionado, buscava viabilizar tecnologias voltadas para a melhoria da produção, aumento da produtividade e aproveitamento das riquezas naturais. As orientações técnicas eram dirigidas às culturas e criações, bem como à construção de benfeitorias agropecuárias, cuidados com os alimentos, vestuário e administração do lar.

Em 1958 foi acordado o primeiro convênio da ANCAR com o Governo do Estado para facilitar a execução dos trabalhos, até então coordenados à longa distância pela entidade regional, o que postergava as decisões e orientações. Em

1963, o Serviço de Extensão Rural no Rio Grande do Norte já contava com dez escritórios locais, quatorze funcionários técnicos e dezesseis funcionários administrativos, que eram coordenados em nível nacional pela Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural (ABCAR), extinta em 1974. O trabalho desenvolvido tinha como lema “ajudar o homem do campo a ajudar a si mesmo”. O objetivo da entidade era desenvolver um trabalho cooperativo, baseado em princípios educacionais, na busca do aprendizado na agricultura, pecuária e economia doméstica. Envolveria lideranças, grupos de produtores, atividades com jovens rurais, através dos clubes “4S” (saber, sentir, saúde e servir) e dos mini-postos de saúde, que muito contribuíram para o desenvolvimento das comunidades rurais. Em 1971, foi celebrado convênio entre a ABCAR e o Banco do Brasil, transformando o crédito rural supervisionado em crédito rural orientado. Em 1974, o Sistema de Extensão Rural, com abrangência nacional, começou a se institucionalizar tendo a Empresa Brasileira de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMBRATER) como órgão central do sistema de ATER. Mudança esta acontecida também no Rio Grande do Norte. Em 1975, foi extinta a ANCAR e substituída pela instituída a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER-RN), entidade pública de direito privado, criada através da Lei Estadual nº 4.484/75 e vinculada à Secretaria de Agricultura.

Após a criação da EMATER-RN, foram formuladas diretrizes e estratégias operacionais em consonância com as políticas agrícolas dos Governos Federal e Estadual, priorizando atividades de transferência de tecnologia agropecuária e gerencial. Essas atividades eram voltadas para as áreas de atuação integrada com os Projetos Rural Norte e Sertanejo, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida das famílias rurais nos aspectos sociais e econômicos, tendo em vista o desenvolvimento das comunidades trabalhadas.

Com a extinção da EMBRATER e a considerável diminuição dos recursos públicos, a EMATER-RN como empresa se tornou inviável, não podendo celebrar convênios, contratos, acordos e nem vender seus próprios serviços, no resguardo de uma possível extinção. A Lei número 6.486, de 05 de outubro de 1993, aprovada pela Assembleia Legislativa, transformou a EMATER-RN em AUTARQUIA, que passou a se chamar Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (INATERN), vinculado à Secretaria de Estado da Agricultura, da

Pecuária e da Pesca (SAPE), com competência para planejar e executar os serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural no Estado, em atividades voltadas para a agricultura, pecuária, agroindústria e atividades não agrícolas, bem como na orientação, acompanhamento e avaliação dos projetos de crédito rural, preservação e recuperação do meio ambiente, capacitação técnica dos agricultores familiares. Com as mesmas atribuições, a partir de 02 de fevereiro de 1995, o INATERN passou a se chamar EMATER-RN, nova denominação por força da Lei Complementar nº 129, condição vigente até hoje.

Em 2013, a EMATER-RN está completando 58 anos, com a atual missão de “contribuir para a promoção do agronegócio e do bem-estar da sociedade, com foco na agricultura familiar, através do serviço de extensão rural pública com qualidade, para o desenvolvimento sustentável”. (EMATER-RN, 2013). Fundamentada na construção coletiva orientada pela Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural (PNATER) e o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

A EMATER-RN atua junto aos agricultores familiares, assistindo a 167 municípios que corresponde a 100% do território estadual, executando programas, projetos e políticas públicas, no atendimento a 2.140 comunidades rurais, beneficiando 58.742 famílias de agricultores e agricultoras, em uma área de 133.196 hectares, através de 01 escritório central, 10 unidades regionais, 02 centros de treinamento e 154 unidades locais. Os 13 municípios restantes não tem sede própria, no entanto, os agricultores e agricultoras familiares são assistidos por técnicos de municípios vizinhos. (EMATER-RN, 2013).

### **2.3 Turismo na Agricultura Familiar**

Uma das formas de melhorar a renda da população do campo é o turismo na agricultura familiar, ou seja, a visita organizada de turistas a uma propriedade ou a uma comunidade rural que mantêm suas características de produção e de modo de vida sem serem afetadas por essa visita.

Segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Agrário, no início da década de 1990 surgem os primeiros projetos de assistência técnica e extensão rural que incluem o turismo na força de trabalho da agricultura familiar.

Para apoiar as atividades de turismo no meio rural, o governo, por intermédio do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA e do Ministério do Turismo, criou o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar. O objetivo do Programa é trabalhar de forma integrada, utilizando toda atividade turística no meio rural para proporcionar retorno financeiro e melhores condições de vida aos produtores, famílias e comunidades rurais.

Nesse processo, surge a noção do turismo na agricultura familiar como “a atividade turística que ocorre na unidade de produção dos agricultores familiares que mantêm as atividades econômicas típicas da agricultura familiar, dispostos a valorizar, respeitar e compartilhar seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos”. (Cartilha TRAF p. 07)

Este conceito acima foi elaborado durante a Oficina Regional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, em Belo Horizonte – MG (2003).

Dentro do Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar, existe ainda a REDETRAF – Rede de Turismo na Agricultura Familiar, formada por instituições governamentais, não-governamentais e agricultores familiares organizados que tem a proposta de fomentar, fortalecer e promover o turismo como alternativa de desenvolvimento e melhoria da qualidade de vida dos agricultores familiares. O programa oferece instrumentos como crédito para investimento, capacitação, assistência técnica e extensão rural.

O agricultor que quiser adequar sua propriedade rural ao turismo pode contar com créditos do Pronaf – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Criado pelo governo federal em 1995, o Pronaf visa atender o pequeno produtor rural de forma diferenciada, com apoio financeiro ao desenvolvimento de suas atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas com a força de seu trabalho e da sua família. Financia também associações e cooperativas de produtores rurais.

Para acessar os créditos do Pronaf, os agricultores são enquadrados em diversos grupos, que levam em conta a renda bruta anual da família, o percentual da atividade rural nessa renda, o tamanho e gestão da propriedade e a quantidade de empregados. Para cada grupo existe um conjunto de linhas de crédito, com condições de acesso e valores diferenciados, respeitando a capacidade de endividamento da família com as alternativas de financiamento de sua produção. O

financiamento para o turismo da agricultura familiar está contemplado em seis grupos diferentes

### **2.3.1 Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar**

A Agricultura Familiar sempre teve um papel muito importante na produção agrícola do País, em especial na produção dos alimentos que são disponibilizados para a população brasileira. De acordo com Dados do MDA (apud Cartilha TRAF 2007 p. 09), “ela é responsável por 40% de tudo que é produzido no Brasil e gera 7 de cada 10 ocupações no meio rural”.

O desenvolvimento e o fortalecimento da Agricultura Familiar, porém, contemplam uma gama mais ampla de possibilidades, que vão além das atividades agropecuárias. Atividades rurais não agrícolas relacionadas ao turismo rural têm permitido a esses agricultores ganhos significativos de renda e qualidade de vida. Para aproveitar o potencial da Agricultura Familiar junto às novas atividades ligadas ao setor do turismo, o Governo Federal, em 2003 por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário - MDA - lança o Programa Nacional de Turismo Rural para a Agricultura Familiar.

O programa é fruto de uma série de reuniões e discussões com a participação ativa dos atores sociais que compõem as experiências positivas da atividade de turismo rural no País e tem como base o estabelecimento de parcerias.

#### **OBJETIVOS DO PROGRAMA**

De acordo com o Guia PNTRAF o objetivo do programa é:

Promover o desenvolvimento rural sustentável mediante implantação e fortalecimento, pelos agricultores familiares, das atividades turísticas integradas aos arranjos produtivos locais, com geração de renda e trabalho no meio rural e conseqüente melhoria das condições de vida. (Guia PNTRAF 2005, p. 06).

#### **PRINCÍPIOS BÁSICOS**

Os princípios básicos que norteiam o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar são os seguintes:

- prática do associativismo;
- valorização e resgate do patrimônio cultural e natural dos agricultores familiares, suas organizações e territórios;
- inclusão dos agricultores familiares e suas organizações como atores sociais, respeitando as relações de gênero, geração, raça e etnia;
- gestão social da atividade, com prioridade para a interação dos agricultores familiares e suas organizações;
- estabelecimento de parcerias institucionais;
- manutenção do caráter complementar dos produtos e serviços do turismo rural na Agricultura Familiar em relação às demais atividades típicas da Agricultura Familiar;
- comprometimento com a produção agropecuária de qualidade e com os processos agroecológicos;
- compreensão da multifuncionalidade da Agricultura Familiar, respeitando os valores e especificidades regionais;
- descentralização do planejamento e gestão do programa. (Guia PNTRAF 2005, p. 07).

Poderão participar do Sistema Nacional Descentralizado de Ater Pública entidades estatais e não estatais que tenham interesse e atuação no campo da Assistência Técnica e Extensão Rural e apresentem as condições mínimas estabelecidas na Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural.

Como instrumento de apoio ao turismo rural na Agricultura Familiar, essas entidades deverão também contemplar os princípios estabelecidos no Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Os recursos financeiros a serem utilizados têm origem no Orçamento Geral da União alocados no MDA.

A expectativa é que tanto os estados como os municípios participem com apoio financeiro e de infra-estrutura, assumindo parcela da responsabilidade pela oferta de serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural - Ater - dentro de uma ação de articulação dos participantes. As entidades que queiram participar da rede de serviços de Ater apoiada pelo MDA deverão atender os requisitos básicos detalhados na Política Nacional de Ater e outros aprovados pelo Fórum Nacional de Gestão de Ater Pública e implementados pelo Departamento de Assistência Técnica da Secretaria de Agricultura Familiar do MDA.

Reconhecendo como competência do Ministério do Turismo as políticas públicas para o setor, seus programas de desenvolvimento, assim como sua promoção nacional e externa, é essencial a integração das diretrizes do programa com o sistema de gestão proposto pelo Plano Nacional de Turismo 2003-2007. Este sistema de gestão é composto no seu nível federal por: Ministério do Turismo, Conselho de Turismo e Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo e reflete, na sua forma de organização, no nível estadual. Como premissa da estratégia de gestão do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, o Governo Federal incentiva a participação das organizações de agricultores familiares nos Conselhos Municipais de Turismo, integrados ao novo modelo de gestão proposto pelo Plano Nacional de Turismo.

Os conselhos são componentes do sistema de gestão da estrutura descentralizada e articulada do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Eles promovem deliberações, parcerias entre as principais instituições e também o efetivo gerenciamento de metas, refletindo assim nas instâncias nacional, estadual, regional e municipal do programa.

O conjunto de entidades públicas e privadas que atuam com Assistência Técnica e Extensão Rural, as organizações não governamentais, as universidades e as entidades de representação dos agricultores familiares – organizadas em bases territoriais – são consideradas parceiras na gestão do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar. Também são espaços importantes para o bom desenvolvimento do programa os processos de articulação e de integração entre os Conselhos Estaduais de Desenvolvimento da Agricultura Familiar e os Fóruns Estaduais de Turismo.

Na base municipal, o processo será gerenciado por organizações existentes que atendam às diretrizes e estratégias do programa, como conselhos municipais de desenvolvimento rural, de turismo, de meio ambiente e da agricultura, ou conselhos similares, sendo recomendável que a participação dos agricultores familiares ocorra de forma organizada por comunidade ou por entidade representativa de classe.

O Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar reconhece como entidades dos agricultores familiares todas as formas de organizações,

formais e informais, de objetivos e naturezas diversas, que se propõem a integrar-se às diretrizes e estratégias do programa.

Através do trabalho de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater), o governo brasileiro se faz presente junto à população que vive e produz em regime de economia familiar. Tal serviço se propõe a “viabilizar as condições para o exercício da cidadania e a melhoria da qualidade de vida da sociedade” (BRASIL, 2004a, p. 3). Diante da nova dinâmica que vem se desenhando no meio rural brasileiro, o serviço público de Extensão Rural passa a ter um novo papel e se propõe a ser um importante instrumento a serviço da construção de um novo modelo de desenvolvimento no campo.

A Extensão Rural contemporânea privilegia a agricultura familiar ao mesmo tempo em que deixa de estar direcionada apenas para atividades agrícolas. Esse olhar parte da compreensão de que a busca pelo desenvolvimento no meio rural na atualidade passa pela necessidade de encarar o campo como um espaço que oferece muitas outras possibilidades e não apenas as tradicionalmente relacionadas àquele meio.

É importante lembrar que, entre suas diretrizes, a nova Política Nacional de Ater apresenta uma preocupação especial com ações que visem estimular a permanência das pessoas na produção familiar “de modo a assegurar o processo de sucessão” (BRASIL, 2004a, p. 8).

Com intuito de aperfeiçoar o processo de implementação da Política Nacional de Ater e do Sistema Brasileiro Descentralizado de Ater (Sibrater) nas diversas áreas, a Secretaria de Agricultura Familiar (SAF) organizou, no fim de 2007, Redes Temáticas de Ater em todo o país. Entre essas Redes, existe uma intitulada “Turismo na Agricultura Familiar”, que é a responsável pela implantação do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF). A criação desta Rede se deu a partir da constatação da importância das atividades não-agrícolas na composição da renda de milhares de agricultores familiares e do reconhecimento do turismo como atividade capaz de geração de emprego e renda, além da possibilidade de agregação de valor à produção agrícola ou artesanal, preservação do meio ambiente e valorização das culturas locais por meio do resgate do modo de vida camponês (BRASIL, 2009). A coordenação do Sistema Nacional de Ater ocorre por meio do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Secretaria da

Agricultura Familiar e Departamento de Assistência Técnica e Extensão Rural (Dater). Sua gestão é compartilhada entre representantes do governo federal, de instituições dos estados, entidades de representação da agricultura familiar e organizações representativas da sociedade civil que atuem na promoção do desenvolvimento rural sustentável (BRASIL, 2004a).

O Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF) é o documento que deve nortear as ações de desenvolvimento do turismo como atividade produtiva para os agricultores familiares. Para efeito da Política Nacional de Ater, o conceito de agricultor familiar subentende: “agricultores familiares tradicionais, famílias assentadas por programas de Reforma Agrária, extrativistas florestais, quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores artesanais e outros beneficiários dos programas do MDA” (BRASIL, 2004a, p. 22).

Beni (2008) menciona que “os programas e projetos, além de planos, são sistemas que combinam objetivos, estratégias, métodos, atividades e recursos que se organizam para que tenham efeitos na qualidade de vida de grupos sociais previamente definidos”. (p. 135). Para o autor cabe lembrar que um plano, programa ou projeto público destina-se a uma coletividade ou comunidade atinge interesses de grupo e o lucro que se obtém é dos beneficiários ou grupo-alvo. No caso específico deste trabalho o público alvo a ser beneficiado são os agricultores familiares.

### **3 METODOLOGIA**

#### **3.1 Tipo de Estudo**

Para melhor compreender e buscar responder os objetivos propostos este trabalho se caracteriza por uma pesquisa exploratório-descritiva de abordagem qualitativa que de acordo com Dencker (2007, p. 151) a pesquisa exploratória “procura aprimorar ideias ou descobrir intuições. Caracteriza-se por possuir um planejamento flexível, envolvendo em geral levantamentos bibliográficos, entrevistas com pessoas experientes e análise de exemplos similares”. E a pesquisa descritiva “em geral, procura descrever fenômenos ou estabelecer relações entre variáveis”. Dencker (2007, p. 151). Será realizada uma abordagem de caráter qualitativa que para Dencker (2007, p. 119) indicada na “observação dos fenômenos sociais feita de maneira intensiva, que implica a participação do pesquisador no universo de ocorrências do fenômeno, é uma metodologia do tipo qualitativa”. Segundo Silva & Menezes (2000, p. 20),

A pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números. A interpretação dos fenômenos e atribuição de significados são básicos no processo qualitativo. Não requer o uso de métodos e técnicas estatísticas. Silva & Menezes (2000, p. 20),

Com relação aos procedimentos técnicos esta pesquisa classifica-se como estudo de caso. De acordo com (GIL, 2010 p, 37) o estudo de caso é “uma modalidade de pesquisa amplamente utilizada nas ciências biomédicas e sociais. Consiste no estudo profundo de um ou poucos objetos, de maneira que permita outros delineamentos já considerados”. De tal modo neste trabalho especificamente, o turismo rural na EMATER-RN.

#### **3.2 População e Amostra**

Com o intuito de responder os objetivos propostos inicialmente nesta pesquisa, realizou-se entrevista com os gestores coordenador(es) do Programa Nacional de turismo na Agricultura Familiar responsável no Estado, especialmente os responsáveis pela coordenação no Instituto de Assistência Técnica e Extensão

Rural do Rio grande do Norte e também os Extensionistas Rurais da Instituição que trabalharam diretamente nas ações desenvolvidas pela EMATER-RN, para saber diante de suas percepções qual a importância da EMATER no desenvolvimento do turismo Rural na Agricultura Familiar entre outros aspectos. O critério de seleção dos sujeitos foi o não-probabilístico do intencional que conforme Gressler (2007) a amostragem por julgamento especializado ou intencional é aquela que se baseia em julgamentos feitos pelo pesquisador, isto é que segundo, é a melhor para o estudo. Neste estudo o critério para selecionar os entrevistados foi devido que os extensionistas tivessem participado das ações desenvolvidas pela EMATER-RN.

O processo de entrevista se realizou primeiro com a coordenadora do programa e das ações de turismo na EMATER-RN Ariamélia Fonseca, posteriormente se realizou a entrevista com os extensionistas: Danielle Aprigio, Fernanda Maria Santana e Renato Antonio. Na análise dos dados os nomes dos extensionistas acima mencionados serão denominados respectivamente Extensionista Rural I, Extensionista Rural II, Extensionista Rural III, Extensionista Rural IV.

### **3.3 Coleta de Dados**

A etapa de coleta de dados do trabalho foi realizada através de um roteiro de entrevista semi-estruturada (ver apêndice A), que segundo Dencker (2002, p. 137) “é uma comunicação verbal entre duas pessoas, com um grau de estruturação previamente definido, cuja finalidade é a obtenção de informações de pesquisa” que permite uma maior flexibilidade do pesquisador.

Além das entrevistas realizadas com os extensionistas rurais, outros dados foram coletados através da pesquisa documental, onde foram utilizados diversos documentos referentes as ações desenvolvidas pela EMATER-RN que contribuíram para o desenvolvimento do turismo Rural na Agricultura Familiar. Bem como, para a coleta dos dados, também foi realizada a pesquisa bibliográfica, onde procurou-se fazer um levantamento da literatura existente na temática de turismo rural.

Segundo (Fonseca 2002, p 32).

A pesquisa bibliográfica é realizada a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta (FONSECA, 2002, p. 32).

#### Segundo o mesmo autor mencionado acima

A pesquisa documental trilha os mesmos caminhos da pesquisa bibliográfica, não sendo fácil por vezes distingui-las. A pesquisa bibliográfica utiliza fontes constituídas por material já elaborado, constituído basicamente por livros e artigos científicos localizados em bibliotecas. A pesquisa documental recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, sem tratamento analítico, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, vídeos de programas de televisão, etc. (Fonseca, 2002, p. 32).

Diante das pesquisas realizadas para este trabalho as duas técnicas foram bastante utilizadas, pois, foram realizadas pesquisas bibliográficas através de livros, artigos científicos, consultas às páginas da web relacionados ao tema, embasada por diversos autores, Rodrigues, Zimmermann, Ruschmann, Beni, Coriolano, Dencker, Fonseca, Rabahy, Tulik, entre outros. Também foram realizadas pesquisas em Guias, Cartilhas, documentos do PNTRAF além de instituições como Mtur, MDA, EMATER-RN, entre outras.

### **3.4 Técnicas de Análises**

Por se tratar de um trabalho com abordagem qualitativa a técnica de análise realizada neste estudo foi a técnica de análise de conteúdo desenvolvida pela autora Laurence Bardin. De acordo com a autora é um:

Conjunto de técnicas de análises das comunicações visando obter, por procedimentos, sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens, indicadores (quantitativos ou não) que permitam a inferência de conhecimentos relativos às condições de produção/recepção (variáveis inferidas) destas mensagens. (Bardin, 1977, p. 42; 2006 p. 38).

Esta técnica de análise vai permitir que o autor tenha uma maior compreensão sobre o objeto de estudo analisado, podendo assim ter um maior conhecimento sobre as ações estudadas. Podendo posteriormente inferir e responder os objetivos proposto.

#### 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Conforme citado anteriormente, o objetivo geral dessa pesquisa foi analisar as ações da EMATER-RN que contribuem para o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar. Para tanto foram realizadas entrevistas com funcionários da EMATER-RN, quatro extensionistas rurais, que trabalham diretamente com o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar, bem como foram levantados documentos da instituição, foram feitas visitas in loco, pesquisas bibliográfica e documental. Além de experiência profissional com atuação na Extensão Rural lotado em escritório local como técnico em Agropecuária.

O Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar reconhece como entidades dos agricultores familiares todas as formas de organizações, formais e informais, de objetivos e naturezas diversas, que se propõem a integrar-se às diretrizes e estratégias do programa. Portanto a EMATER-RN inclui-se como uma destas entidades capaz de desenvolver o TRAF, pois tem dentro de suas diretrizes e missão o desenvolvimento da Agricultura familiar de diferentes maneiras, entre elas através do Turismo Rural.

Antes de começar a relatar as ações desenvolvidas pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte (EMATER-RN) para desenvolver o Turismo Rural na Agricultura Familiar vale resaltar que estas atividades fazem parte da implementação do Programa Nacional de Turismo Rural no Rio Grande do Norte, programa esse do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), com execução do Governo do estado, através da EMATER-RN. Para a extensionista rural I da Emater-RN,

O objetivo do Programa Turismo Rural na Agricultura familiar é promover a potencialidade turística de forma a melhorar a geração de renda da comunidade, fortalecendo a agricultura familiar por meio da comercialização dos produtos, sensibilizando os envolvidos para a importância do segmento no crescimento pessoal e no desenvolvimento sustentável. (Extensionista Rural I)

A extensionista Rural I possui uma grande experiência sobre Programa, pois é a principal responsável pelo mesmo dentro da Instituição e responsável pela

coordenação do programa na mesma e na interação com parcerias para a realização das atividades desenvolvida pela EMATER-RN.

De acordo com a Extensionista Rural II que possui uma visão mais prática do programa ela afirma que:

Este é um programa que pretende incentivar o desenvolvimento rural sustentável, inserindo o turismo como uma atividade nova para o homem do campo, além de apoiar a integração das atividades produtivas em consonância com a mesma. E resalta que o turismo rural é uma atividade que pode ser financiada pelo PRONAF. No entanto segundo ela o Turismo Rural é uma atividade a ser mais bem difundida entre os agricultores familiares, necessitando de profissionais da área para levar esta alternativa, pois pensa ser uma atividade viável (Extensionista Rural II).

O PRONAF mencionado pela extensionista acima é o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar. Onde visa atender o pequeno produtor conhecido como Pronafianos com o apoio financeiro para desenvolver suas atividades na agricultura familiar com diversas linhas de créditos. E uma dessas linhas de créditos é específica para o Turismo Rural. Para acessar essa linha de crédito o agricultor, além de estar nos critérios do PRONAF necessita realizar um projeto viável para aplicação do recurso obtido. Portanto mais uma ação realizada pela EMATER-RN, pois os seus extensionistas rurais são os principais emitentes destes projetos no estado e posteriormente finalizando com o acompanhamento com a assistência técnica. Outro ponto relevante destacado pela Extensionista Rural II:

É que a divulgação do programa PNTRAF foi e é muito superficial, com ações pontuais, por que a mesma só teve conhecimento apenas no ano de 2011 (Extensionista Rural II).

De acordo com Extensionista Rural III

A divulgação do programa foi bastante mobilizadora com encontros em Natal, com a participação dos municípios interessados com representação dos secretários municipais de turismo, representantes de comunidades rurais, representantes dos sindicatos dos trabalhadores rurais e agricultores e representantes do MDA (Extensionista Rural III).

Para o Extensionista Rural IV

As realizações das atividades foram sendo desenvolvidas pelos extensionistas mais no âmbito da prática, pois o interesse dos mesmo que

atuam diretamente com o local, era apenas atuar como um elo entre a divulgação das atividades do turismo para o agricultor e os possíveis visitantes das localidades rurais. O programa é importante para fomentar as políticas públicas voltadas para o turismo rural. A divulgação foi feita de cima para baixo, sem ouvir as aspirações dos agricultores familiares. (Extensionista Rural IV).

As diferentes concepções para conhecimento do PNTRAF pode ser explicada através do nível de participação dos extensionistas Rurais, já que uma tinha como atividade a coordenação do Programa dentro da instituição e tinha uma visão mais sistêmica com abrangência estadual como é o caso da Extensionista I. Os outros extensiosistas II, III e IV possuíam visões diferentes do Programa ou até mesmo o desconhecimento do mesmo, pois sua competência foi visada de uma maneira mais prática com aplicações mais focadas pela abrangência regional e local. Assim influenciando na maneira na capacitação e participação na realização do programa efetivamente. No entanto a maior perda pelo desconhecimento se torna por conta do agricultor familiar, pois eles devem ser o principal ator desta cadeia do programa e das ações desenvolvidas pela EMATER-RN.

Dentro das atividades gerais da EMATER-RN dividem-se os programas, projetos e ações produtivas, onde se inclui as ações realizadas relacionadas ao turismo denominado pela Instituição como Cadeia Produtiva do Turismo (ver anexo 1). De acordo com Extensionista Rural I:

Mesmo havendo várias ações realizadas nesta Cadeia Produtiva do Turismo principalmente entre os anos de 2008 a 2010 já faz aproximadamente dois anos que não são realizadas ações diretas de Turismo pela Instituição (Extensionista Rural I).

No entanto o relatório de atividades do ano de 2012 da Instituição mostra ações como eventos, cursos e dias de campo incluso como atividades com metas alcançadas até 2012, com objetivo de fortalecimento do setor de atividade não agrícola (Turismo na Agricultura Familiar e artesanato).

As ações da EMATER-RN nesta cadeia produtiva de turismo possuía financiamento incluído no projeto Mais Alimentos, mantido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). De acordo com a EMATER-RN o programa Mais Alimento é um programa com a finalidade de contribuir para o fortalecimento dos serviços de Assistência Técnica e Extensão Rural (Ater) no RN,

prioritariamente nos Territórios da Cidadania, integrando políticas públicas, tecnologias e conhecimentos para a produção de mais alimentos. O convênio foi assinado em 31/12/2008 e publicado no Diário Oficial da União em 02/01/2009. O Projeto teve início em 31/12/2008 e tem previsão de conclusão para 15/07/2013.

As atividades dentro da Cadeia Produtiva de Turismo realizada pela Instituição tiveram como objetivos:

- Fortalecer o turismo rural;
- Preservar o meio ambiente;
- Valorizar a cultura local;
- Gerar renda para o público de assistência técnica e extensão rural

De acordo com dados da EMATER-RN entre o período de início 2008 até o período final de 2010 as execuções de atividades de Turismo Rural na Agricultura familiar realizadas pela Instituição foram:

- ✓ Circuitos de Caminhadas na Natureza (foram 12 eventos entre 2008 e 2010) com a participação de mais de mil pessoas;
- ✓ 30 Oficinas interativas e temáticas de turismo rural (sensibilização, gastronomia local, artesanato e outros) com diversas tipologias relacionadas ao tema, capacitando 600 pessoas;
- ✓ Aplicação de questionário para identificação de potencialidades, atrativos turísticos e artesanais da agricultura familiar abrangendo 300 pessoas;
- ✓ Realização de 02 seminários com a participação de 300 pessoas, entre mulheres, jovens, técnicos, agricultores, lideranças e órgãos municipais, com temas prioritários do Turismo Rural na Agricultura Familiar e avaliação;
- ✓ 27 Cursos para implementação do turismo rural, capacitando 675 pessoas;
- ✓ Realização de 4 intercâmbios estaduais e interestaduais, para troca de experiências em ações desenvolvidas com sucesso para 10 técnicos e 50 agricultores;
- ✓ Com apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e parceiros, através da REDETRAF e da Confederação Brasileira de Esportes não Competitivos de Inclusão Social - "ANDA BRASIL", foram capacitados

técnicos e extensionistas de instituições governamentais e não governamentais, para desenvolver o turismo rural na agricultura familiar, uma ação de inclusão dos agricultores familiares no mercado de trabalho, como mais uma alternativa de geração de renda e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

Entre as metas Programadas inicialmente estavam:

- Atender às demandas dos agricultores familiares e dos atores locais, através de oficinas interativas e temáticas sobre turismo e artesanato, viabilizando a construção de planos de trabalho;
- Cursos para formação e capacitação continuada, intercâmbios para troca de experiência em áreas bem sucedidas com o turismo;
- Formatação e manutenção de roteiros e circuitos de caminhada na natureza;
- Realização da I Semana de Turismo Rural na Agricultura Familiar, no Território Trairi, envolvendo o Potengi e o Território do Mato Grande, com a participação de doze municípios.

Diante das análises dos roteiros das entrevistas realizadas, das pesquisas, visitas in loco e das pesquisas bibliográfica e documental percebeu-se que a EMATER-RN realizou várias ações com o objetivo de desenvolver o Turismo Rural na Agricultura Familiar. Dentre destas ações observou-se que uma ação ganhou destaque dentre as outras, que é o Programa de Caminhada na Natureza que no Rio Grande do Norte (inclusive com participação de todos os extensionistas entrevistados) é executado pela EMATER-RN em parceria com a ANDA BRASIL (ver anexo 2) – Confederação Brasileira de Caminhadas, atividades não Competitivas de inclusão social, tem o apoio da Federação Francesa de Esportes Populares – FFSP e credenciadas pela IVV (Internationaler Volkssport Verband) - Federação Internacional de Esportes Populares. A ANDA BRASIL Foi fundada 25 de agosto de 2006 durante o First Walking Rio. E no Brasil esta sendo motivado pelo Programa Nacional de TRAF, do Ministério do Desenvolvimento Agrário e de vários parceiros. A opinião dos extensionistas sobre esta ação é a seguinte:

Esta ação é a que teve a maior aceitação, porém não teve continuidade e isso prejudicou ao planejamento inicial do programa (Extensionista Rural II).

A Extensionista Rural III menciona:

Que houve a participação em de treinamento para seleção de municípios e localidades com potencial turístico: paisagem, montanha, açudes, comidas típicas e cultura. [...com participação de sindicatos dos trabalhadores rurais do estado, Ministério do Desenvolvimento Agrário, SEARA, INCRA, Prefeituras através (secretarias de agricultura, turismo e meio ambiente). Articulações de grupos de trabalhos]. (Extensionista Rural III).

De acordo com a ANDA BRASIL os objetivos do Programa Caminhadas na Natureza são:

- ✓ Promover a potencialidade turística nas comunidades.
- ✓ Criar renda para as propriedades da Agricultura Familiar por meio da comercialização dos produtos.
- ✓ Sensibilizar os envolvidos para a importância do segmento no crescimento pessoal e no desenvolvimento sustentável.
- ✓ Estruturar os destinos turísticos
- ✓ Ampliar e qualificar o mercado de trabalho
- ✓ Animar a economia local.

Através destas Caminhas Realizadas por meio do Programa de Caminhada na Natureza realizado pela EMATER-RN e pela ANDA BRASIL foram criados vários Circuitos de trilhas visando comunicação e promoção turística dos lugares visitados. Posteriormente segue os principais circuitos e suas características desenvolvidos pela EMATER-RN e seus parceiros. De acordo com todos os entrevistados as principais instituições parceiras da EMATER-RN para desenvolver o Turismo Rural na Agricultura Familiar foram as prefeituras municipais com apoio de logística, transporte, profissionais cedidos, por exemplo, com ambulância e profissionais de saúde; Sindicatos de Trabalhadores Rurais; associações e outros profissionais liberais.

A seguir apresentam-se as principais informações sobre os circuitos de caminhada na natureza como o Circuito dos Tapuios, o Circuito Serra do Bico, O

Circuito da Tilápia e da Rota dos Engenhos, desenvolvidos respectivamente no município de Sítio Novo, Monte das Gameleiras, e no município de Ceará-Mirim.

### **CIRCUITO DOS TAPUIOS**

O circuito de Caminhada na Natureza desenvolvida no município de Sítio Novo-RN, região Agreste do estado (ver anexo 3) foi a primeira atividade a ser desenvolvida no Rio Grande do Norte. Programa no município foi realizado em trajeto com a subida a serra dos tapuios cujo nome denominou-se o circuito por meio de duas trilhas criadas. Durante o percurso foram realizadas as visitas ao Castelo Zé dos Montes, à pedra de São Pedro, ao alto do cruzeiro e ao açude Barra da Tapuia. Participaram os residentes locais como de outras comunidades e tiveram o acompanhamento dos técnicos do Governo do Estado, por meio da Emater-RN.

### **CIRCUITO SERRA DO BICO**

Este circuito ocorreu no município de Montes das Gameleiras (ver anexo 4) localizado na região agreste do Rio Grande do Norte, a cidade foi escolhida por ter grande potencial de atrativos turístico no segmento do Turismo Rural e atividades similares. O circuito foi realizado no dia 04 de Setembro de 2010. O percurso desenvolvido com um percurso de visitas a unidades produtivas da agricultura familiar nos sítios Guai, Olho D'água e Cercado Grande, e à uma agroindústria de fruticultura, incluindo a Pedra da Canastra, um dos atrativos da serra. Paralelamente a caminhada houve uma feira de artesanato e produtos da agricultura familiar. A Caminhada contou com a participação de agricultores familiares, estudantes do município e localidades vizinhas.

### **CIRCUITOS DA TILÁPIA E DA ROTA DOS ENGENHOS**

Outros dois circuitos que se pode destacar são os circuitos de Caminhada na natureza da Tilápia e o circuito da Rota dos Engenhos ambos realizados na cidade de Ceará Mirim. A Rota dos engenhos foi uma caminhada na comunidade de Mucuripe. E a caminhada da Tilápia, umas das primeiras das oito programadas para este ano de 2010 no calendário de eventos. Onde pode realizar visitas ao

assentamento Rosário, atividades como corrida de jumentos, venda de produtos da agricultura familiar pelos moradores da comunidade e o aprendizado na prática da filetagem da tilápia. No Circuito da Rota dos Engenhos pode usufruir de belas trilhas entre as matas nativas passando pelo riacho banho das escravas e uma passagem pela comunidade no entorno dos engenhos.

Foram também realizados outros circuitos (ver anexo 5) através do Programa caminhadas na natureza, como destaque para o Circuito do Vale Vulcânico realizada na cidade de Cerro Corá interior do Rio Grande do Norte com uma caminhada pelo vale vulcânico onde se encontra a nascente do Rio Potengi. O Circuito do Sertão Cabugi na cidade de Lajes. O circuito da nascente do Rio Piquiri na Cidade de Espírito Santo nas comunidades Timbó e Mata Verde. O Circuito Catuense na cidade de Goaininha. O Circuito do Auto Chole em Serra de São Bento.

No que refere as ações relacionadas à capacitação tiveram como resultado pelo programa a realização de 02 seminários com a participação de 300 pessoas, entre mulheres, jovens, técnicos, agricultores, lideranças e órgãos municipais, com temas prioritários do Turismo Rural na Agricultura Familiar e avaliação. Com destaque para a I Semana de Turismo Rural na Agricultura Familiar (ver anexo 6), concomitante ao V festival de Inverno na cidade de Serra de São Bento-RN. O evento teve em sua programação seminário, feira, oficinas, palestras, exposições, caminhadas, dentre outras atividades, que levarão informação, conhecimento, cultura e lazer à sociedade. Na semana ocorreu o Seminário de Turismo Rural e Sustentabilidade Ambiental na Agricultura Familiar, a apresentação das linhas de créditos existentes no Banco do Nordeste para fomentação do turismo e cultura e a I Feira de Produtos Turísticos da Agricultura Familiar no Interior Potiguar (FEPROTAFIP). Na Programação do Seminário ocorreu uma palestra sobre a contribuição da EMATER-RN para o segmento do TRAF o encerramento da I Semana de Turismo Rural na Agricultura familiar foi com a feira no final do V festival de inverno da Serra. A FEPROTAFIP ocorreu de novamente no ano de 2011 na mesma cidade.

Segundo Campanhola e Graziano da Silva (1999), o turismo em área rural pode se constituir num vetor de desenvolvimento local contanto que seja controlado por processos regionais, que considerem as comunidades locais se apropriando dos benefícios gerados, por consequência. Um dos pontos muito importante a considerar

neste contexto refere-se ao aproveitamento das especificidades de cada local ou território e o total aproveitamento das potencialidades e oportunidades.

Atividade turística para o agricultor familiar pode ser visto mais efetivamente como uma atividade complementar as suas atividades do dia a dia no meio rural integrando valor a sua produção proporcionando um maior retorno financeiro, pois o mesmo utilizará de suas atividades simples diárias como um produto turístico natural como alternativa de um turismo que os visitantes buscam para no meio rural.

Os entrevistados também ressaltam a importância do turismo rural para a agricultura familiar, conforme exposto nas falas a seguir:

O turismo é a visitação (conhecer) um lugar ou vários lugares diferentes da sua região, com propósito de conhecer culturas e hábitos diferentes do seu, pode contribuir e muito para a agricultura familiar, como forma de geração de renda da família, com relativo custo baixo, além de ser mais uma atividade, a ser desenvolvida independentemente da condição do clima, o que dificulta hoje, a fixação do homem do campo no campo (Extensionista Rural II).

O Turismo Rural é a divulgação de folclore, cultura, religiosidade, comidas e danças típicas de um lugar. Pode contribuir com a visitação e participação dos turistas em eventos locais, aquisição de artesanatos e alimentos produzidos na agricultura familiar. (Extensionista Rural III).

Turismo Rural é uma atividade econômica que aproveita as potencialidades turísticas de uma determinada cidade ou região. Pode contribuir através da troca de saberes entre turista e agricultor familiar e pode também incentivar a comercialização de seus produtos. (Extensionista Rural IV).

E também resalta a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural para o Turismo Rural na Agricultura Familiar, conforme exposto:

Principalmente no incentivo a esta atividade de turismo rural, no entanto resalta que os extensionistas rurais ainda precisam ter uma maior capacitação para esta nova atividade na Instituição (Extensionista Rural II).

#### Para o Extensionista Rural IV

A assistência técnica e extensão rural entraria na qualificação dos agricultores em relação ao associativismo, comercialização dos produtos, boas práticas de fabricação de alimento, crédito rural, entre outras atividades.

Quando questionado sobre no que se refere se os extensionistas rurais do RN estão preparados para assistir os agricultores familiares para desenvolver o Turismo, a opinião dos extensionistas é a seguinte:

Estão em partes, por ser uma ação integrada, indiretamente já fazemos superficialmente diariamente assistindo nas atividades dentro da propriedade, mas para esta atividade em específico temos que ter capacitações (Extensionista Rural II).

#### Para a Extensionista Rural III

O programa é bastante rico de detalhes e opções, mas no estado do RN faltam incentivo e pessoal qualificado na área turística apto para desenvolver esta fatia do turismo. Não há quadro suficiente de profissionais e multidisciplinaridade destes em cada Município. (Extensionista Rural III).

#### De acordo com o Extensionista Rural IV

Nem todos. Seria importante que houvesse uma capacitação específica para os extensionistas em relação ao turismo rural.

Em relação ao questionamento sobre quais das ações teve uma maior aceitação para ser efetivada como uma atividade permanente, a Extensionista Rural II respondeu que o programa caminhadas na natureza, porém enfatiza que foi a única ação que participou além das ações diárias de assistência. E com relação a continuidade das ações realizadas pelo PNTRAF os entrevistados afirmam que:

Nenhuma das ações continuam em andamento, se não existem ações realizadas pela Emater-RN em andamento é devido Sobrecarga de demandas para os extensionistas rurais locais, além de não existir umas pessoas que gerencie e incentive as ações na instituição. Pois não existe planejamento na EMATER-RN ate agora para desenvolvimento deste segmento e precisa melhorar e muito no incentivo e na implantação do turismo rural no RN (Extensionista Rural II).

De acordo com a Extensionista Rural III as ações de seu conhecimento que ainda está em continuidade são:

Na Serra do Feiticeiro há um dia no ano 03/05 que é comemorado a devoção a divina Santa Cruz, onde tem várias atividades: uma caminhada do centro da cidade a serra, em forma romaria, vaqueiros em cavalgadas,

trilheiros sobem a serra com os alunos do Colégio Pedro II. Lá chegando há um café com os agricultores e demais presentes de toda região. (Extensionista Rural III).

Estas ações mencionadas pela Extensionista III se referem a ações já existentes anteriormente de qualquer das ações da EMATER-RN para desenvolver o turismo rural, são ações que foram até de certa forma apropriada e melhorada para uma maior realização da promoção turística destas localidades como exemplo:

Lajes: Serra do Feiticeiro, Comunidade Mulungu- Junior do Bode- comida Típicas. Ipanguaçu: Açude Pataxo, As três Margaridas – produtoras de hortas orgânicas comunidade: Taboleiro Alto, e Picada- Comunidade Quilombola reconhecida pelo Ministério. (Extensionista Rural III).

No que se referem às localidades potenciais em relação quais os principais pontos turísticos no segmento (na modalidade) de turismo Rural no RN, houve o diversificação das regiões:

Açude gargalheiras, lajedo de soledade (Apodi), Reserva Particular Patrimônio Naturais (Acari, Baía Formosa). (Extensionista Rural III).

A região agreste Potiguar onde estão localizados a região de Monte das Gameleiras, Passa e Fica, Serra de São Bento, Tangará, Sítio Novo, Santa Cruz e outras cidades circunvizinhas. (Extensionista Rural IV).

O RN por inteiro é um grande celeiro do turismo rural e potencial de desenvolvimento da agricultura familiar através das atividades turística. (Extensionista Rural IV).

A menção destas localidades se justifica pelas regiões de atuação de cada extensionista rural mencionado. No entanto os extensionistas destacam ainda outras regiões que podem ter destaque no estado para desenvolvimento no RN e sendo assim abrangem todas as unidades regionais da EMATER-RN. Portanto inferindo-se que o estado pode ser um grande indutor para o turismo Rural na Agricultura Familiar. Percebido através destes profissionais.

Compreende-se através das análises que a EMATER-RN por meio dos seus extensionistas rurais, cada um a seu modo, seja de maneira mais estratégica no âmbito geral da administração da instituição e das diretrizes do PNTRAF, ou de

maneira mais prática com um maior contato com o agricultor familiar, com realizações das atividades de capacitação, visitação as comunidades, assistência técnica, identificação de potenciais turísticos e na sequencia no dia a dia para o incentivo dos agricultores as atividades turísticas no meio rural para desenvolver a agricultura familiar.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural do Rio Grande do Norte sendo uma autarquia tem como missão “Contribuir para a promoção do agronegócio e do bem-estar da sociedade, com foco na agricultura familiar, através do serviço de extensão rural pública com qualidade, para o desenvolvimento sustentável”. É uma instituição que realizou diversas atividades durante esses seus 58 anos de existência.

Nos últimos anos incluiu o Turismo como uma das novas ações com o objetivo de desenvolver a agricultura familiar, por meio do Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar, programa este do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

Diante da pesquisa realizada observou-se diversas ações que a instituição buscou desenvolver o Turismo Rural, seja ela com maior relevância como a elaboração de vários circuitos de caminhadas ou por meio de seminários, oficinas e eventos diversos.

Concluiu-se que a EMATER-RN realizou através destes meios mencionados anteriormente diversas ações de Turismo Rural na Agricultura Familiar. No entanto algumas destas ações não estão mais em andamento por diversos motivos inferidos na análise, como falta de gerência estadual ou regional, finalização do financiamento através do PNTRAF ou até mesmo devido a sobrecarga de demanda sobre os extensionistas rurais tanto os locais quanto regionais. As atividades concomitantes as ações da EMATER-RN que ainda estão em andamento já possuíam uma fundamentação e prática anteriormente as ações da instituição.

Inferiu-se na pesquisa que a assistência técnica e extensão rural é de grande importância para o desenvolvimento do TRAF. Entretanto se reconhece a necessidade de um maior apoio a atividade turística dentro da instituição, inclusive com capacitações aos extensionistas rurais e contratação de mais profissionais formados para atuação de turismo, pois nos últimos anos ocorreram processos

seletivos onde foram contratos apenas uma bolsita para a função de turismólogo para da conta de uma demanda estadual.

Conclui-se também que o turismo organizado de maneira estruturada e com planejamento estratégico pode contribuir para a agricultura familiar de diferentes maneiras como uma alternativa a sua atividade principal ou até mesmo atividade principal dependendo de sua propriedade. Contudo essas ações devem ser fortalecidas através de um elaborado planejamento de comunicação entre as políticas públicas e os usuários da mesma, uma vez que algumas ações são realizadas sem o efetivo conhecimento do agricultor familiar, como ocorreu em algumas ações analisadas pela EMATER-RN e seus parceiros.

O turismo contribui para agricultura familiar agregando valor a produtos e serviços, valorizando, respeitando e compartilhando seu modo de vida, o patrimônio cultural e natural, ofertando produtos e serviços de qualidade e proporcionando bem estar aos envolvidos. Contribui também para uma nova maneira de ação muito utilizada na agricultura familiar que é o desenvolvimento de atividades realizadas de forma associativa e cooperativa organizada dentro do território.

Mesmo diante de várias contribuições que a atividade Turística traz para a agricultura pode-se ainda perceber diante das ações realizadas pela EMATER-RN, ações muito esporádicas, ou seja, ações muito eventuais devido às características dos programas realizados. Necessita de um maior planejamento direto com o principal público alvo das atividades que são os agricultores familiares com realização de um acompanhamento mais efetivo com capacitação de técnicas específicas da atividade turística. Como por exemplo, técnicas de atendimento, de restauração, planejamento turístico com acompanhamento de assistência técnica para que os agricultores familiares possam através do turismo rural obter uma geração de renda para uma busca de qualidade de vida e tenha fixação no campo.

Percebe que o estado do Rio Grande do Norte tem várias localidades com potencial turístico para desenvolver o Turismo Rural, como as regiões mais mencionadas pelos extensionistas, incluindo praticamente todas as regionais de competência da instituição, por exemplo, região agreste potiguar, região seridó, região serrana, região do mato grande, região litorânea, região de Mossoró e Pau dos Ferros. Portanto claramente percebe-se que nem todas as cidades estão no roteiro das ações da instituição, no entanto não impede que se tenha um

planejamento voltado para novas localidades. E como EMATER-RN está presente em todos os territórios do estado, é compreensível que esta seja uma excelente executora das ações de turismo rural na agricultura familiar, pois têm em sua missão e planejamentos em geral atividades de Assistência Técnica e Extensão Rural.

## REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL, Mário. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. 4. ed. Campinas,SP: Papyrus, 2003.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa Edições 70. Lisboa, 2006.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, Lisboa, 1977.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 13. ed. São Paulo: Ed. Senac, São Paulo, 2008.
- BENI, Mário Carlos. **Análise estrutural do turismo**. 2. ed. São Paulo: SENAC, 1998.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Caracterização e Dimensionamento do Turismo Doméstico no Brasil: relatório final**. FIPE, MTur, abril de 2013. Relatório. Disponível em <http://www.turismo.gov.br/dadosefatos>
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural**. Brasília: Ministério do Turismo, 2003.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília: Ministério do Turismo, 2004.
- BRASIL, Ministério do Turismo. **Turismo rural: orientações básicas**. / Ministério do Turismo, Secretaria Nacional de Políticas de Turismo, Departamento de Estruturação, Articulação e Ordenamento Turístico, Coordenação Geral de Segmentação. – 2. ed – Brasília: Ministério do Turismo, 2010.
- BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Dados da SIDRA**. Disponível em: [www.sidra.gov.br](http://www.sidra.gov.br). Acesso em 01 Mai de 2013.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Caminhos do Brasil Rural**. Brasília, 2008.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. **Política Nacional de Assistência Técnica e Extensão Rural**. Brasília, maio 2004a.
- BRASIL. Ministério do desenvolvimento Agrário. **Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (PNTRAF)**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2004b.
- BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Agrário. *Referências para o Desenvolvimento Territorial Sustentável: Série textos para Discussão 4*. Outubro 2003.
- BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Rural: Orientações Básicas**. Brasília: 2008.
- BRASIL. **Plano Nacional do Turismo: 2007 – 2010: Uma Viagem de Inclusão**. Brasília: Ministério do Turismo, 2007.
- BRASIL. Programa de Regionalização do Turismo: conteúdo fundamental.
- CAMPANHOLA, C. E GRAZIANO DA SILVA, J.(1999). Panorama do turismo no espaço rural brasileiro: nova oportunidade para o pequeno agricultor.

- CAMPANHOLA, C.; GRAZIANO DA SILVA, J. **Diretrizes de políticas públicas para o novo rural brasileiro: incorporando a noção de desenvolvimento local.** In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ECONOMIA E SOCIOLOGIA RURAL, 37, 1999, Foz do Iguaçu. Anais. Foz do Iguaçu: SOBER, 1999.
- CARTILHA DE ORIENTAÇÃO. **Turismo na agricultura familiar: Um jeito simples de conviver.** Material de divulgação produzido sob orientação da OSCIP, Associação Terceira Via Cooperação e Desenvolvimento, 2007.
- CAVACO, C. **Turismo Rural e Desenvolvimento Local.** RODRIGUES, Adyr A. B. **Turismo e geografia: reflexões teóricas e enfoques regionais.** 3. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.
- CAVACO, C. **Turismo, comércio e desenvolvimento rural.** In: ALMEIDA, J. A.; RIEDL, M. Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000.
- DENCKER, A. F. M de. **Pesquisa em Turismo: planejamento, métodos e técnicas.** Ed.9. São Paulo: Futura, 2007.
- DENCKER, Ada de Freitas Maneti. **Métodos e técnicas de pesquisa em turismo.** 2. ed. São Paulo: Futura, c1998.
- EMBRATUR - Instituto Brasileiro de Turismo. **Manual do turismo rural.** Brasília: Ministério da Indústria, do Comércio e do Turismo, 1994.
- ESTATÍSTICAS DO MEIO RURAL. Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos; Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural. 2 ed. Brasília: MDA: DIEESE, 2006.
- FONSECA, J. J. S. **Metodologia da pesquisa científica.** Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.
- FROELICH, J. M. **Turismo rural e agricultura familiar: explorando criticamente o cruzamento de abordagens e estratégias para o desenvolvimento.** In: Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento. Bauru: EDUSC, 2000, p.181-198.
- GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** 5. ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- GRAZIANO DA SILVA, José et al. **Turismo em áreas rurais: suas possibilidades e limitações no Brasil.** In: Turismo Rural e Desenvolvimento Sustentável. (Org.) ALMEIDA, J.A. et al. Santa Maria: Centro Gráfico, 1998.
- GRESSLER, Lori Alice. **Introdução à pesquisa: projetos e relatórios.** 3. ed. rev. e atual. São Paulo: Loyola, 2007.
- IBGE. **Guia de Diretrizes do Desenvolvimento do Turismo Rural, o espaço não urbano.** Definido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE 1997).
- LOTTICI KRAHL, Mara Flora. **Turismo Rural: conceituação e características básicas.** Dissertação de Mestrado. Brasília: GEA/IH/UnB, 2003: 30.
- MATTEI, L. Agricultura familiar e turismo rural: evidências empíricas e perspectivas. In: **Núcleo de Estudos Agrários e Desenvolvimento Rural – NEAD.**
- MDA, **GUIA do Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar (GUIA PNTRAF).** Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.
- Mário. **Turismo rural e desenvolvimento sustentável.** 4. ed. Campinas, SP: Papirus, 2003. (Coleção Turismo).

MINISTÉRIO DO TURISMO. **Diretrizes para o Desenvolvimento do Turismo Rural no Brasil**. Brasília, setembro de 2004.

RAMEH, L. M.; SANTOS, M. S. T. Extensão rural e turismo na agricultura familiar: encontros e desencontros no campo pernambucano. **Caderno Virtual de Turismo**. Rio de Janeiro, v. 11, n. 1, p.49-66, abr. 2011.

RODRIGUES, A. B. **Turismo rural no Brasil: ensaio de uma tipologia**. In: RODRIGUES, A. B. (Org.). **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 101-116.

RODRIGUES, Adyr Balasteri. **Turismo e espaço: rumo a um conhecimento transdisciplinar**. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1999. (p. 45).

RODRIGUES, Adyr Balasteri. **Turismo no Brasil: ensaio de uma tipologia**. In: ALMEIDA, Joaquim Anécio e Riedl, Mário. **Turismo rural: ecologia, lazer e desenvolvimento**. Bauru, SP: EDUSC, 2000. (p. 54).

RODRIGUES, Adyr Balasteri. **Turismo Rural no Brasil – Ensaio de uma Tipologia**. In: RODRIGUES, Adyr Balasteri (Org.) Op. cit. São Paulo: Contexto, 2003.

RODRIGUES, Adyr Balasteri. **Turismo rural: práticas e perspectivas**. São Paulo: Contexto, 2003.

RUSCHMANN, Doris Van de M. **O turismo rural e o desenvolvimento sustentável**. In: Joaquim Anécio Almeida; José Marcos Froehlich; Mário Riedl. (Org.). **Turismo Rural e o Desenvolvimento Sustentável**. Campinas: Papyrus, 2000.

RUSCHMANN, Doris Van de M. **O turismo rural e o desenvolvimento sustentável**. In: Almeida, J. A.; Riedl, M.; Froehlich, J. M. (orgs). **Turismo rural e desenvolvimento sustentável**. Campinas, SP: Papyrus, 2001.

SCHNEIDER, S. Turismo em Comunidades Rurais: inclusão social por meio de atividades agrícolas. In: BRASIL. Ministério do Turismo. **Turismo Social: Diálogos do Turismo: uma viagem de inclusão**. Rio de Janeiro, IBAM, 2006.

SILVA, Edna L.; MENEZES, Estera M. Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação. Florianópolis, 3º ed, 2001.

SOUZA, Washington J. de et al. **Nova gestão pública, nova extensão rural: experiências inovadoras da Emater-RN**. Natal, RN: EDUFRN, 2009.

VERBOLE, Alenka. **A busca pelo imaginário rural**. In In RIEDL, Mário; ALMEIDA, Joaquim Anécio; VIANA, Andyara Lima Barbosa (org). **Turismo rural: tendências e sustentabilidade**. 1. ed. Santa Cruz do Sul, RS: EDUNISC, 2002.

ZIMMERMANN, Adonis. **Planejamento e Organização do Turismo Rural no Brasil**. In. ALMEIDA, Joaquim Anécio; FROEHLICH, José Marcos; RIEDL.

## ANEXOS

### ANEXO 1

#### OUTRAS ATIVIDADES

##### **Cadeia Produtiva do Turismo Rural**

**Execução:** Governo do Estado do Rio Grande do Norte - EMATER-RN

**Local:** estadual

**Estágio:** em execução

**Duração:** 1 ano

**Término:** dezembro / 2010

**Financiamento:** incluída no projeto Mais Alimentos, mantido com recursos do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)

##### **Objetivos**

- Fortalecer o turismo rural;
- Preservar o meio ambiente;
- Valorizar a cultura local;
- Gerar renda para o público de assistência técnica e extensão rural

##### **Resultados**

- 12 Circuitos de Caminhadas na Natureza (foram 12 eventos entre 2008 e 2009) com a participação de mais de mil pessoas;
- 30 Oficinas interativas e temáticas de turismo rural (sensibilização, gastronomia local, artesanato e outros) com diversas tipologias relacionadas ao tema, capacitando 600 pessoas;
- Aplicação de questionário para identificação de potencialidades, atrativos turísticos e artesanais da agricultura familiar abrangendo 300 pessoas;
- Realização de 02 seminários com a participação de 300 pessoas, entre mulheres, jovens, técnicos, agricultores, lideranças e órgãos municipais, com temas prioritários do Turismo Rural na Agricultura Familiar e avaliação;
- 27 Cursos para implementação do turismo rural, capacitando 675 pessoas;
- Realização de 4 intercâmbios estaduais e interestaduais, para troca de experiências em ações desenvolvidas com sucesso para 10 técnicos e 50 agricultores;
- Com apoio financeiro do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e parceiros, através da REDETRAF e da Confederação Brasileira de Esportes não Competitivos de Inclusão Social - "ANDA BRASIL", foram capacitados técnicos e extensionistas de Instituições governamentais e não governamentais, para desenvolver o turismo rural na agricultura familiar, uma ação de inclusão dos agricultores familiares no mercado de trabalho, como mais uma alternativa de geração de renda e agregação de valor aos produtos da agricultura familiar.

##### **Metas programadas**

- Atender às demandas dos agricultores familiares e dos atores locais, através de oficinas interativas e temáticas sobre turismo e artesanato, viabilizando a construção de planos de trabalho;
- Cursos para formação e capacitação continuada, intercâmbios para troca de experiência em áreas bem sucedidas com o turismo;
- Formatação e manutenção de roteiros e circuitos de caminhada na natureza;
- Realização da I Semana de Turismo Rural na Agricultura Familiar, no Território Trairi, envolvendo o Potengi e o Território do Mato Grande, com a participação de doze municípios.

**Financiadores e Parceiros**

- Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA)
- Ministério do Turismo e Meio Ambiente

## ANEXO 2






## O que é ?

A "Anda Brasil" é uma Confederação Brasileira de Esportes não Competitivos de Inclusão Social que atua em todo o País desde 25 de agosto de 2006. Os Eventos estão inseridos no calendário internacional de circuito de "Caminhadas na Natureza".

Através das caminhadas, a população da cidade fica mais próxima à vida no campo, conhecendo a fauna e a flora, a cultura e as histórias de vida dos agricultores familiares. A Anda Brasil apóia o Programa Nacional de Turismo Rural na Agricultura Familiar, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, através da Emater, em parceria com o Ministério do Turismo.

As Caminhadas da Natureza garantem:

- A promoção das potencialidades turísticas nas comunidades;
- Renda para os agricultores familiares, com a comercialização dos seus produtos;
- Maior estrutura dos destinos turísticos;
- Qualificação do mercado de trabalho;
- Estimulo à economia local.



## ANEXO 3

**CIRCUITO DE CAMINHADAS NA NATUREZA**



**TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR**

## CONVITE

### PARTICIPE DO CIRCUITO DOS TAPUIOS

#### Turismo Rural na Agricultura Familiar

**Dia: 22/08/2010**  
**Local: Sítio Novo/RN**  
**Horário: 07h30 às 14h**

Coordenação: Emater-RN  
 Apoio: Anda Brasil / TRAF, Prefeitura Municipal, Rede ATER Turismo e Artesanato (MDA).

*Almoço a ser custeado pelos participantes.*



**Parceiros:** DFDA-RN, Sindicatos e Associações dos Trabalhadores Rurais.

## ANEXO 4

**CIRCUITO DE CAMINHADAS NA NATUREZA**



**TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR**

**CONVITE**

**Participe do Circuito de Caminhadas Serra do Bico**

**Turismo Rural na Agricultura Familiar**

**Data: 04 de setembro 2010**

**Local: Monte das Gameleiras - RN**

**COORDENAÇÃO**  
Emater-RN, Anda Brasil / Rede Traf

**PARCEIROS**  
Prefeitura Municipal, Rede Ater Turismo e Artesanato (MDA),  
DFDA-RN, Sindicato e Associações.








## ANEXO 5










**Calendário no RN - 2010\***

**Abril**  
18 - Golianinha - Circuito Catuense

**Maio**  
29 - Serra do São Bento - Circuito Auto do chole e Cavalgada ecológica

**Junho**  
3 - Espírito Santo - Circuito Nascente do Piruri  
19 - Cerro corá - Circuito do Vale Vulcânico

**Julho**  
28 - Ceará Mirim - Circuito dos Engenhos

**Agosto**  
22 - Sitio novo - Circuito dos Tapuiós

**Setembro**  
05 - Monte das Gameleiras - Circuito Serra da Bica

**Novembro**  
12 - Lajes - Circuito do Sertão Cabugi

\*A programação está sujeita a alterações.










## ANEXO 6



### CONVITE

A EMATER-RN, Prefeitura Municipal de Serra de São Bento e a Associação Comunitária Rural Serra Viva, convida você para participar da *I SEMANA DE TURISMO RURAL NA AGRICULTURA FAMILIAR*, por ocasião do V Festival de Inverno.

Data: 24/05 a 30/05/2010

Local: Serra de São Bento

Sua participação é importante! "Conheça Serra de São Bento"

Atenciosamente,

Equipe de Organização:

Arlamélia Bandeira Cruz Feltosa - Gestora Rede Turismo na Agricultura Familiar/MDA/TRAF – Subcoordenadora da SAAD- EMATER/RN  
 José Medeiros Henrique - Gestor Regional da EMATER/RN  
 Maria Ariadny Moreira Feltosa - Extensionista Social EMATER/RN - Coordenadora Pedagógica – Prefeitura Municipal de Serra de São Bento.  
 Rademaker Souto de Figueiredo - Extensionista Rural EMATER/RN  
 Ernilson Silva da Cunha - Presidente da Associação Comunitária Rural Serra Viva

## APÊNDICES

### ENTREVISTA

#### PERFIL DOS ENTREVISTADOS

- 1. Idade:**
- |   |                                      |
|---|--------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> Até 18 anos      | <input type="checkbox"/> De 5 a 7    |
| <input type="checkbox"/> De 19 a 27 anos  | <input type="checkbox"/> De 8 a 10   |
| <input type="checkbox"/> De 28 a 36 anos  | <input type="checkbox"/> Acima de 10 |
| <input type="checkbox"/> De 37 a 45 anos  |                                      |
| <input type="checkbox"/> De 46 a 54 anos  |                                      |
| <input type="checkbox"/> Acima de 55 anos |                                      |

- 2. Sexo:** Feminino ( ) Masculino ( )

**3. Estado civil**

- Solteiro (a)  
 Casado (a)  
 Divorciado(a)  
 Viúvo (a)  
 Relacionamento estável

**4. Escolaridade**

- 1º Grau completo  
 2º Grau incompleto  
 2º Grau completo  
 Nível Superior incompleto  
 Nível Superior completo  
 Especialização  
 Mestrado  
 Doutorado

**5. Profissão/Ocupação:**

\_\_\_\_\_

**6. Qual cargo exerce na instituição:**

\_\_\_\_\_

\_\_\_\_\_

**7. Remuneração (Salário Mínimo)**

- Até 1  
 De 2 a 4

8. Em sua opinião, o que é turismo e como ele pode contribuir para o desenvolvimento da agricultura Familiar?
9. Você tem conhecimento sobre o Programa Nacional de Turismo na Agricultura Familiar (PNTRAF)
  - 9.1 Como tomou conhecimento do programa PNTRAF?
  - 9.2 Qual é a sua opinião sobre o programa PNTRAF?
  - 9.2 Qual é a sua opinião sobre a maneira como foi feita a divulgação do programa PNTRAF?
10. Quais as ações da EMATER-RN que foram realizadas para o desenvolvimento do Turismo Rural na Agricultura Familiar?
11. Quais destas ações possuiu uma maior aceitação para ser efetivada como uma atividade permanente?
12. Quais destas ações ainda continuam em andamento no Estado?
13. Se não existem ações realizadas pela Emater-RN em andamento, em sua opinião qual o motivo da paralisação?
14. Quais são as principais instituições parceiras da EMATER-RN para desenvolver o Turismo Rural na Agricultura Familiar? E como se realiza ações delas?
15. Em sua opinião, qual a importância da Assistência Técnica e Extensão Rural para o Turismo Rural na Agricultura Familiar?
16. Em sua opinião, os extensionistas rurais do RN estão preparados para assistir os agricultores familiares para desenvolver o Turismo?
17. Em sua opinião, quais os principais pontos turísticos no segmento (na modalidade) de turismo Rural no RN?
18. Em sua opinião, no que o Turismo Rural precisa melhorar no RN e quais são os planejamentos futuros da EMATER neste segmento turístico?